

# A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.226.4>

**Paulo Jorge Ferreira**  
Reitor da Universidade de Aveiro

A publicação do Decreto-Lei nº 402/73 de 11 de agosto, há 50 anos, no rescaldo das crises académicas que marcaram o final dos anos sessenta e pouco antes da revolução de abril, deu início a uma reforma educativa histórica.

O Ministro da Educação Veiga Simão afirmava com a sua publicação a necessidade de expandir e diversificar o ensino superior para “assegurar o desenvolvimento social e económico do País” e atingir “uma taxa de 9% [de escolaridade superior] para o grupo etário dos 18 aos 24 anos”. Com esse objetivo seria possível formar “um número cada vez mais elevado de cientistas, técnicos e administradores”, “dotados de capacidade crítica e inovadora”.

Era um desígnio nacional, que carecia de escala nacional. E Veiga Simão deu-lhe essa escala.

O diploma criava quatro universidades (Aveiro, Évora, Minho e Nova de Lisboa) e institutos politécnicos ou escolas superiores em Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Faro, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Tomar, Vila Real e Viseu.

Este decreto-lei deu impulso à democratização do acesso ao ensino superior e à sua massificação.

A ideia tinha merecido a oposição dos setores mais conservadores do Estado Novo. Defendeu-se na Assembleia Nacional que democratizar o ensino era “dar a qualquer cidadão o direito de ser doutor” e a “qualquer burro direito a ser cavalo”.

A educação tinha sido instrumentalizada pelo Estado Novo enquanto ferramenta de condicionamento social. A anestesia coletiva era facilitada por uma escolaridade obrigatória reduzida, que chegou a ser de apenas três anos. A formatação do pensamento era ajudada por programas e livros únicos, e aprofundada graças à instrução em separado de meninos e meninas. O ensino superior era para uma elite e o seu alargamento tido como um risco.

Veiga Simão teimou em defender a educação como “princípio sagrado de valor absoluto e de transcendente importância”, mas foi necessário acontecer a revolução de abril, meses depois, para concretizar um efetivo processo de transformação no ensino superior. Portugal emergia de um regime autoritário e embarcava num processo de democratização e modernização.

Marçal Grilo, Ministro da Educação (1995-99), afirmou que a criação das novas universidades foi o acontecimento mais relevante no contexto do ensino superior desde a criação das universidades em Lisboa e no Porto, em 1911.

A afluência às Universidades, em outubro de 1974, foi superior em 147% ao que tinha sido no ano de 1973. O país accordara. Reforçou-se a dotação das universidades em 200 000 contos, para um total de 1 milhão e 300 mil contos.

Nesse ano de 1974, as novas admissões na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa cresceram 197% e no Instituto Superior Técnico 402%. Em Medicina, também em 1974, registaram-se quase 5 000 novos estudantes, contra cerca de 2 400 no ano anterior.

Os espaços eram insuficientes (os mais de 7 400 estudantes da Faculdade de Letras tinham à disposição 14 salas). A Direção-Geral do Ensino Superior chamava a atenção para o “aproveitamento de 8%” e para a má qualidade do ensino. Havia muito a fazer, mas muita vontade de o fazer.

Há 50 anos, apenas 1 em cada 20 jovens com idade entre os 18 e os 24 anos frequentava o ensino superior. Em 2000, Portugal tinha 17% da população na faixa dos 25-24 anos com qualificação superior. No final de 2021, o valor era 47%.

O resultado de 50 anos de mais ensino superior é bem visível. Portugal tem hoje níveis de qualificação e instituições de ensino superior (IES) que são indiscutíveis vetores de progresso e transformação social. O ensino superior português, que em 1973 não chegava sequer aos portugueses, atrai hoje talento de praticamente todo o mundo.

Veiga Simão sabia que para recuperar o país do atraso flagrante relativamente a outros países era necessário expandir a rede de ensino superior a todo o país. Tinha inteira razão. O impacto do conhecimento na economia, na cultura e no desenvolvimento social é inegável. O país de hoje é muito diferente do Portugal rural de 1973 e as IES contribuíram significativamente para a mudança. As IES são agentes fundamentais para reposicionar o país na economia do conhecimento, na Europa e no mundo.

No entanto, as condições que estas Instituições enfrentam atualmente merecem cuidadosa atenção, de forma a assegurar sua sustentabilidade e relevância contínua. O contexto atual apresenta novos desafios que exigem uma adaptação e uma reavaliação das estratégias institucionais.

## **Novos desafios 50 anos depois: a demografia**

Um dos desafios mais prementes nos dias de hoje para as instituições de ensino superior é o impacto da contração demográfica e do envelhecimento que afetam o país e a Europa.

Qualquer instituição ligada ao conhecimento depende do talento que existe na sua comunidade. Sermos capazes de atrair melhores estudantes, na formação inicial ou na pós-graduação, não representa uma mera afirmação de sucesso no plano educativo. A nossa capacidade de atrair talento é fundamental porque afeta todas as vertentes da nossa missão. Infelizmente, a evolução demográfica nacional dificultará essa ação.

A demografia é um importante elemento de apoio à decisão estratégica, porque nos permite entender a evolução da população e do peso dos diferentes grupos etários, incluindo os mais jovens. Combinando essa informação com o nível de qualificação em cada grupo, podemos antever as variações a que o universo de candidatos ao ensino superior português está sujeito, a curto e longo prazo.

A diminuição da natalidade e o aumento do tempo de vida médio na Europa têm levado ao progressivo envelhecimento da população e à redução do número de residentes. Em Portugal, ao longo da segunda década do século XXI, o saldo total foi quase sempre negativo. O ano de 2019 foi o único em que se registou um saldo total positivo, mas à custa do saldo migratório.

Comparando os resultados do censo de 2021 com o de 2011, verifica-se que na última década Portugal registou um decréscimo populacional de 2%<sup>1</sup>. O Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa foram as únicas unidades territoriais NUTS2<sup>2</sup> em que a população residente cresceu. O decréscimo mais acentuado registou-se na NUTS2 Alentejo. Dezanove das 21 NUTS3 das regiões Norte, Centro e Alentejo perderam residentes. Em quatro dessas 19 regiões, o decréscimo foi superior a 10%.

A população não está somente a diminuir: está também a envelhecer. Segundo os dados dos censos de 2011 e 2021, a percentagem de jovens com menos de 15 anos baixou de 14,9% para 12,9%. A situação piora nos grupos mais jovens. As estimativas da população residente a 31 de dezembro mostram que entre 2011 e 2020 o grupo etário 10-19 anos perdeu mais de 7% dos efetivos, mas o grupo etário 0-9 anos decresceu mais de 13%.

Esta tendência é significativa e terá impacto ao longo da próxima década no número de estudantes em todos os níveis de ensino, incluindo nos potenciais candidatos ao ensino superior. Tudo indica que o futuro traga uma redução significativa da população mais jovem, incluindo a dos grupos etários que contêm os potenciais candidatos ao ensino superior, ao longo da próxima década. A situação poderá agravar-se ainda mais na década seguinte.

Por exemplo, no caso da Universidade de Aveiro, combinando previsões demográficas com a distribuição das origens geográficas dos estudantes que a escolhem, é possível prever que o grupo etário 18-22 anos se venha a reduzir 7% em cinco anos e 13% em dez anos. A região de Aveiro comprehende 11 municípios e tem cerca de 37 mil jovens entre os 15 e os 24 anos. Se considerarmos que um décimo tem idade de ingressar na Universidade e que conseguimos atrair os 10% melhores, contamos apenas com cerca de 300-400 jovens, o que é manifestamente insuficiente para garantir a sustentabilidade de qualquer instituição.

A Universidade de Aveiro é hoje uma instituição global, que atrai jovens de todas as NUTS3 do país, e de todos os cantos do mundo. Em 2020,

---

<sup>1</sup> O decréscimo revelado pelo censo de 2021 é o segundo desde que existem dados relativos a censos, ou seja, desde 1864. O primeiro e único decréscimo populacional tinha ocorrido entre 1960-1970, devido a causas distintas das de hoje.

<sup>2</sup> As unidades territoriais conhecidas por NUTS1, NUTS2 e NUTS3, de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, incluem por exemplo o Continente (uma NUTS1), o Centro (uma das NUTS2 do Continente) e a Região de Aveiro (uma das NUTS3 do Centro).

o número de estudantes de nacionalidade portuguesa provenientes de fora do distrito de Aveiro ultrapassou o número de estudantes provenientes do distrito de Aveiro. Mais de metade dos diplomados de 2023-2024 de nacionalidade portuguesa são provenientes de fora do distrito de Aveiro e só um em cada três é proveniente da Região de Aveiro.

O declínio demográfico estende-se também à União Europeia. A população da Europa, que em 1960 representava cerca de 12% da população mundial, equivale hoje a 6%. Prevê-se que a população estabilize em 2025 num valor próximo de 449 milhões de habitantes, e se reduza a partir de 2030 até cerca de 424 milhões em 2070, um decréscimo de 5%. Por essa altura, a população da Europa representará apenas 4% da população mundial, contra 6% de hoje e 12% em 1960.

Prevê-se que os estados-membro mais afetados pela crise demográfica sejam a Letónia, Lituânia, Roménia, Bulgária e Croácia, com decréscimos entre os 25% e os 38%. A Grécia, Polónia e Portugal vêm a seguir, com reduções de cerca de 20%.

O envelhecimento também será rápido, prevendo-se que a idade mediana suba cinco anos nas próximas décadas.

Há um outro aspeto relevante para a análise da evolução da frequência de ensino superior. Apesar de termos menos jovens, há mais jovens habilitados a candidarem-se ao ensino superior e mais jovens e adultos que concluíram formação superior.

A taxa de escolaridade do nível de ensino secundário aumentou de 64,6% para 89,6% entre 2011 e 2021. Em sentido contrário, a percentagem da população portuguesa que frequentou no máximo o ensino básico reduziu-se para metade, entre 2000 e 2020. Os resultados do Programme for International Student Assessment, vulgarmente conhecidos por PISA scores, tem situado Portugal acima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de forma consistente nos últimos seis anos.

Os dados dos censos mostram que Portugal perdeu cerca de 220 mil residentes entre 2011 e 2021, mas o número de residentes que tinha frequentado o Ensino Superior aumentou cerca de 550 milhares no mesmo período, um incremento de 44,5% relativamente a 2011. O aumento da qualificação superior abrangeu todo o país e foi expressivo.

A melhoria da taxa de qualificação e a crise demográfica têm efeitos contrários sobre as IES. Até agora, o aumento da percentagem de jovens que procura o ensino superior tem atenuado o efeito da contração dos grupos etários mais jovens.

Todavia, como a taxa de qualificação não pode crescer indefinidamente, é de prever que esta tendência positiva se vá atenuando ao longo dos próximos anos. Esgotado o efeito amortecedor da taxa de qualificação, a crise demográfica acabará por afetar negativamente a procura das instituições.

O efeito será maior em regiões onde a crise de natalidade se iniciou mais cedo, ou onde a contração demográfica se faz já sentir de forma mais intensa.

### **Internacionalização: Atrair e reter talento para contrariar contração demográfica**

A contração demográfica e o envelhecimento terão implicações significativas na educação, economia, saúde e segurança social, entre outros setores. Considerando a falta de emprego qualificado nalgumas áreas, estas tendências demográficas vêm colocar um estrangulamento adicional ao crescimento económico.

O resultado da diminuição da população ativa nota-se já. O produto interno bruto da Europa, que em 2004 representava 18,3% do total mundial, caiu para 14% em 2021. No futuro, a Europa terá menos peso demográfico e económico.

As IES terão aqui um papel crucial, que aliás desempenham há muito, na capacidade de atrair e reter talento externo. Alargar a oferta a novas geografias no mundo será cada vez mais importante e reveste-se de grande importância para a sua sustentabilidade.

A internacionalização é uma realidade incontornável nas IES, que afeta toda a comunidade académica e cujo impacto se faz sentir na investigação, cooperação e no ensino. Nenhuma outra instituição pública do país compete e colabora a nível internacional como as universidades, muitas vezes em ambientes altamente competitivos.

A presença ativa das IES em redes europeias de ciência e ensino superior valoriza e fortalece os sistemas científico e de ensino superior e favorece

a internacionalização e a atracão de talento. Há 19 IES nacionais em 17 Universidades Europeias.

Em Portugal, as universidades já são um importante elemento de atração de talento. O número de estudantes internacionais e de docentes e investigadores estrangeiros que procuram IES portuguesas tem crescido substancialmente nos últimos anos, mas pode crescer mais ainda.

Segundo dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o número de estudantes internacionais nas IES portuguesas aumentou 85% na última década. O número de estudantes internacionais em Portugal cresceu mais de 90% entre 2014/15 e 2019/20, mas a pandemia teve um efeito negativo nos anos seguintes. No ano letivo de 2021/2022, Portugal atraiu perto de 70 mil estudantes estrangeiros em todo o país, mais 18,7% do que no anterior. No mesmo ano letivo, 4% dos docentes do ensino superior e 15% dos investigadores eram estrangeiros.

Os estudantes de nacionalidade estrangeira no ensino superior português frequentam maioritariamente universidades e politecnicos públicos (cerca de 78% nos anos mais recentes) cabendo às instituições que integram o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) uma quota de cerca de 59%.

Há uma ligeira tendência decrescente nestas quotas, sobretudo na das instituições representadas no CRUP, que era de 67% em 2014/15.

O crescimento entre 2014/15 e 2020/21 do número de estudantes de nacionalidade estrangeira foi claramente superior no ensino superior politécnico (137%, contra 56% no universitário).

Na Região Centro, a variação total foi de 79%<sup>3</sup>. No mesmo período, o número de estudantes estrangeiros de grau cresceu 130%, mas o número de estudantes em mobilidade reduziu-se por 30%, presumivelmente devido à pandemia.

Quando se olha para a distribuição por nacionalidade dos estudantes estrangeiros no ensino superior português, o Brasil surge como o país de maior peso, representando um terço do total. Seguem-se Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, França, Espanha, Itália, Alemanha, Moçambique e China.

---

<sup>3</sup> A região onde o crescimento entre 2014/15 e 2020/21 foi maior foi o Alentejo (230%), seguida pelo Norte (108%) e Algarve (97%). A Área Metropolitana de Lisboa registou um crescimento de 43%.

O número de estudantes provenientes da Guiné-Bissau cresceu entre 2014/15 e 2020/21 por um fator superior a nove, o maior registado. Seguem-se a França (340%), Brasil (123%), Cabo Verde (119%), Moçambique (116%) e China (98%).

Quanto às áreas de estudo, as Ciências Empresariais, Administração e Direito dominam a procura, correspondendo a 26% do total. A Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção representam 19% e as Ciências Sociais, Jornalismo e Informação surgem em terceiro lugar, com 14%. Os cursos em Saúde e Proteção Social contêm 12% dos estudantes de nacionalidade estrangeira, tal como os de Artes e Humanidades. As Ciências Naturais, Matemática e Estatística atraem 5% do total destes estudantes.

Quanto aos tipos de formação procuradas por estudantes estrangeiros, a análise das variações entre 2014/15 e 2021/21 mostra que os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) foram aqueles em que a procura mais cresceu (por um fator superior a três), seguidos dos mestrados integrados (123%) e dos mestrados (94%). Com a extinção de muitos dos mestrados integrados, a procura das licenciaturas em contexto internacional, que tinha crescido 49%, poderá vir a subir mais rapidamente. Quanto aos doutoramentos, a procura aumentou 64% no período temporal em causa.

Naturalmente, maior quota de estudantes de nacionalidade estrangeira em valor absoluto pertence às duas maiores universidades portuguesas (Universidade de Lisboa e Universidade do Porto), que em 2021 detinham mais de 20% dos estudantes estrangeiros. Seguiam-se a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro.

A percentagem de estudantes de nacionalidade estrangeira em cada instituição, relativamente ao total de inscritos nessa instituição, determina uma ordem bem diferente. De entre as instituições representadas no CRUP, a Universidade de Évora é aquela onde o peso dos estudantes de nacionalidade estrangeira é maior (20%). Este peso manteve-se aproximadamente constante entre 2019/20 e 2020/21.

Seguem-se a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Algarve, o ISCTE, a Universidade de Beira Interior, a Universidade Católica, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa. Em todos estes casos, houve uma redução significativa do peso dos

estudantes de nacionalidade estrangeira entre 2019/20 e 2020/21. À data, a Universidade de Aveiro vinha a seguir, com mais de 14% de estudantes de nacionalidade estrangeira, mas com a particularidade da diminuição entre 2019/20 e 2020/21 ter sido muito ligeira.

## **Continentes mais importantes: América do Sul e Europa**

Olhando à proporção de estudantes estrangeiros que cada país europeu atrai em função do continente de origem, Portugal ocupa uma posição singular. Em contraste com muitos outros países europeus, os continentes mais representados no ensino superior português são América do Sul e África. Só a seguir surge a própria Europa, depois a Ásia e a América do Norte, cujo peso é residual. É claro que esta realidade muito própria decorre de uma relação também muito própria de Portugal com alguns dos países dos continentes mais representados.

A proximidade linguística e cultural é tão importante como a proximidade geográfica. Para a Espanha, a América do Sul assume grande importância, à semelhança do que se passa com Portugal, mas o continente africano tem pouco peso. No caso da França, é o continente africano o que tem importância mais elevada – até mais que no caso português – mas a América do Sul não tem peso significativo.

Dada a importância que os países da América do Sul têm no fluxo de estudantes estrangeiros, é importante perceber em que lugar surge Portugal quanto às escolhas dos estudantes com origem nesses países.

A procura internacional do ensino superior português revela assimetrias substanciais, com uma dependência forte de um único país, o Brasil, cuja demografia acusa aliás uma marcada tendência decrescente.

Esta procura depende do ciclo de estudos considerado, sendo elevada nos terceiros ciclos, mas muito menor nos primeiros ciclos.

A tabela 1 torna claro o potencial que existe: com exceção do Equador, a primeira escolha dos estudantes da América do Sul que pretendem estudar noutra país é Espanha e Portugal. No caso do Brasil o principal destino europeu é Portugal, e em todos os outros casos é Espanha. Como a quota de

Portugal é inferior a 20% no caso do Brasil e inferior a 1% em quase todos os restantes países, o potencial de crescimento na América do Sul é grande.

País	Nº de estudantes	Quota de Portugal	Principal destino	Principal destino europeu
Brasil	81 882	18,8%	Argentina	Portugal
Colômbia	52 064	0,3%	Argentina	Espanha
Peru	33 827	0,1%	Argentina	Espanha
Venezuela	28 631	0,9%	Argentina	Espanha
Equador	23 327	1,3%	Espanha	Espanha
Bolívia	19 497	0,1%	Argentina	Espanha
Chile	17 522	0,2%	Argentina	Espanha
Paraguai	15 805	<0,1%	Argentina	Espanha
Argentina	9 283	0,3%	Espanha	Espanha
Uruguai	5 733	0,2%	Argentina	Espanha

Tabela 1: Número, principal destino e principal destino europeu dos estudantes com origem em países da América do Sul

Considerando o conjunto dos estudantes com nacionalidade estrangeira que frequentaram um grau completo em Portugal, o Brasil ocupa o primeiro lugar na lista dos dez países mais significativos, representando cerca de 37% do total, como mostra a tabela 2.

País	Total	Quota
Brasil	18 770	37%
Cabo Verde	5 560	11%
Guiné-Bissau	4 978	10%
Angola	4 153	8%
França	2 552	5%
Itália	1 669	3%
Moçambique	1 598	3%
Alemanha	1 216	2%
Espanha	1 214	2%
China	1 182	2%

Tabela 2: Distribuição por nacionalidade de origem dos estudantes que frequentaram um grau completo

Na figura 1 podemos verificar que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa correspondem a 32% do total de estudantes estrangeiros. A França, Itália, Alemanha e Espanha em conjunto representam 12% e a China apenas 2%.

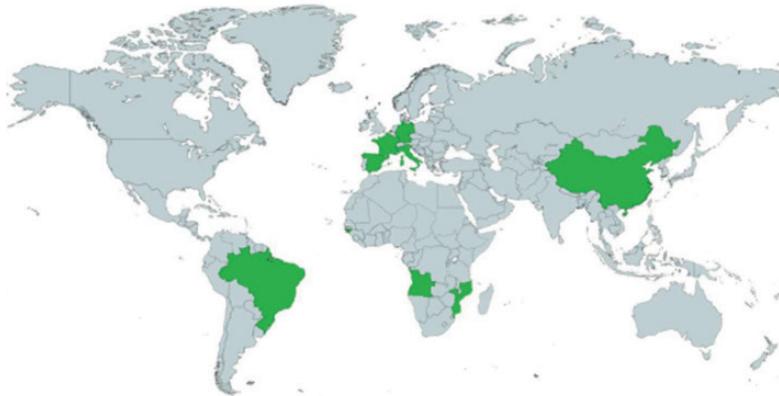


Figura 1: Origem dos estudantes estrangeiros de grau

A figura 2 permite perceber que a origem dos estudantes de nacionalidade estrangeira em mobilidade é maioritariamente europeia, como seria de esperar.

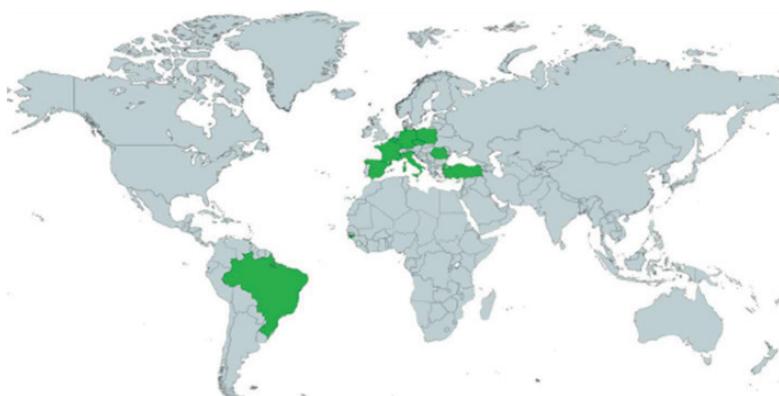


Figura 2: Origem dos estudantes estrangeiros de mobilidade

O país de origem de mais estudantes é a Espanha, com uma quota de 19%. O Brasil surge em quinto lugar, com uma quota de 8%, como podemos verificar na tabela 3.

País	Total	Quota
Espanha	1 547	19%
Itália	1 082	13%
Alemanha	788	10%
França	733	9%
Brasil	623	8%
Polónia	594	7%
Turquia	243	3%
República Checa	236	3%
Bélgica	207	23%
Roménia	150	2%

Tabela 3: Distribuição por nacionalidade de origem dos estudantes em mobilidade

## Atrair, acolher e integrar

Muito já foi feito pelas IES na área da internacionalização, mas ainda há muito para fazer. Para que as IES portuguesas possam continuar a beneficiar do talento disponível à escala global não basta ter capacidade de atração: é preciso acolher e integrar.

É óbvio que a diversidade de proveniências, de expectativas, de culturas, de línguas e de religiões traz novos desafios ao nível da interação em ambiente multicultural, mas o público internacional tem outras necessidades: por exemplo, a gestão da sua situação e o acesso a serviços públicos.

Para que a comunidade internacional usufrua de plena integração, é necessário oferecer-lhes uma resposta integrada e articulada às suas necessidades. A formação de uma rede que integre as IES, as entidades públicas com responsabilidades na área da migração e os vários parceiros sociais das regiões de influência das IES é uma possibilidade.

A abertura de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) nos *campi* universitários, como aquele que foi criado pela primeira

vez na Universidade de Aveiro, em junho de 2019, é um bom exemplo das ações que se podem empreender para a efetiva integração dos talentos que nos chegam.

O CLAIM da Universidade de Aveiro presta informação geral e apoio especializado em áreas como a regularização da situação em Portugal, a atribuição da nacionalidade, o alojamento, o reagrupamento familiar, as matérias de índole profissional, o acesso aos serviços de saúde, ao ensino, formação e empreendedorismo.

O número total de atendimentos tem vindo a crescer rapidamente. De junho a dezembro de 2019, ano de entrada em funcionamento, foram realizados 331 atendimentos. Ao longo de 2023, o CLAIM realizou um total de 14 900 atendimentos a membros da comunidade académica provenientes de quase uma centena de nacionalidades.

É desejável, ainda, dinamizar redes internacionais e regionais com associações empresariais, câmaras municipais e empresas, de forma a facilitar a integração social e cultural de estudantes estrangeiros a estudar em Portugal e reforçar a capacitação em áreas-chave para as nossas empresas.

Retirar do fluxo migratório todas as vantagens que resultam da qualificação tem outra vantagem: a de promover a imigração legal e relevante para a economia do País, nivellando oportunidades, fortalecendo a coesão social e contribuindo para a redução das assimetrias locais e globais.

Saber acolher, integrar e acompanhar todos os membros da comunidade, independentemente da sua origem, deve ser uma preocupação permanente das IES portuguesas que se pretendem posicionar como universidades globais e atrair estudantes, investigadores e recursos de todo o mundo.

## **Conclusão: internacionalizar de forma sustentável**

A diminuição da natalidade e o aumento do tempo de vida médio na Europa e em Portugal têm levado ao progressivo envelhecimento da população e à redução do número de residentes. Esta tendência terá implicações significativas em vários setores e na sustentabilidade das IES.

Neste quadro, a capacidade destas Instituições de atrair e reter talento externo será cada vez mais importante. Nas regiões de demografia mais pobre,

a ação das IES será particularmente importante. Embora enraizadas numa região, as IES atraem talento a nível global. Ao contribuir para atrair mais estudantes e fixar profissionais qualificados nessas regiões, as IES estão a promover o crescimento demográfico, a qualificação da população, a economia do país e – igualmente importante – a coesão regional.

O contexto para comunidades académicas mais internacionais é favorável. Vivemos numa sociedade internacional. As fronteiras são mais permeáveis que no século passado. Os transportes e as comunicações são convenientes e acessíveis. A população mundial move-se cada vez mais.

Portugal e as IES portuguesas dispõem de condições bastante favoráveis para atrair mais estudantes estrangeiros: segurança (sétimo lugar mundial absoluto, segundo o último Global Peace Index), custo de vida (segundo o Cost of Living Index), qualidade do ensino e da investigação, a possibilidade de aprender a língua portuguesa, política de integração de migrantes (entre os melhores dez países, segundo o Migrant Integration Policy Index), facilidade do processo de candidatura (dependente do país), propinas globalmente competitivas, património histórico e cultural, situação geográfica, clima agradável e gastronomia.

Ao expandir a sua bacia demográfica e abraçar a internacionalização, as IES podem assegurar que continuam a desempenhar um papel central no desenvolvimento do país e na formação das gerações futuras. As universidades e politecnicos terão de acolher, integrar e qualificar um público cada vez mais diverso, e isso coloca desafios e exige recursos. Mas apostar nisto é apostar na sua sustentabilidade e no nosso futuro.